

Onde está o risco Brasil?

O chamado risco Brasil não foi criado por uma política econômica irresponsável, com elevado déficit das contas públicas, índices de inflação fora de qualquer controle, crise sistêmica do sistema bancário, ou por uma interrupção nos pagamentos devidos a credores externos. Como nada disso ocorreu, pode-se afirmar que o risco Brasil está fora do País.

Ele é alimentado, em primeiro lugar, pelas agências de classificação de risco, que estabeleceram um sistema de "rating" a partir de modelos fechados, considerando apenas algumas variáveis, pelas quais são comparados países em situações econômicas absolutamente díspares. As análises dessas agências, desconhecendo indicadores básicos quanto à vitalidade da economia de um país, são inoculadas nos agentes econômicos, que dispararam ações defensivas em detrimento de países como o Brasil, que tem sido comparado com nações com nível de desenvolvimento muito inferior, que vivem problemas político-econômicos crônicos.

O aumento irracional do risco Brasil, medido por tais agências, não guarda relação com a economia real do Brasil, como assinalou recentemente o presidente Fernando Henrique Cardoso. Isso não tem sido dito apenas pelas autoridades e analistas brasileiros. A imprensa americana tem questionado a rapidez com que as agências de avaliação de risco reduzem o "rating" de empresas e de países, sem exame mais profundo dos fatos.

Essa atitude pode ser explicada pelo acúmulo de erros de avaliação dessas empresas, que aconselharam investimentos em determinados países sem levar em conta a qualidade de sua política econômica e suas condições político-institucionais. E nunca é demais lembrar os erros cometidos por essas agências em relação a países do Sudeste Asiático, à Rússia e à Argentina. Agora, essas agências procuram descontar no Brasil o custo de

suas percepções falhas no passado.

Outro fator de risco que está fora do Brasil são as fraudes contábeis em grandes empresas americanas, que têm vindo a furo nos últimos meses. Esses escândalos corporativos abalaram a confiança dos investidores no mercado acionários dos EUA, para os quais milhões de cidadãos destinaram

as suas poupanças. É natural que, em fases como esta, os investidores se retraiam e surja aversão ao risco. Contudo, medidas corretivas foram tomadas nos EUA

para coibir fraudes e a expectativa é que o mercado se recupere a médio prazo e que os financiamentos externos retornem.

Há um risco de outra natureza, que acaba também atingindo o Brasil. Supunha-se que o presidente dos EUA, George W. Bush, que se dizia um defensor do livre comércio e da aproximação com a América Latina, orientasse a economia de seu país em um

sentido diverso do que vem fazendo. Por maldisfarçados interesses eleitores, Bush se tem deixado seduzir pelas propostas protecionistas de influentes setores no Congresso americano. As restrições impostas por Washington às importações de produtos siderúrgicos estiveram a ponto de provocar uma guerra comercial em escala global e, como se não bastasse, a administração Bush aumentou substancialmente os subsídios à produção agrícola americana.

A propalada aproximação com os países do hemisfério, se algum dia foi prioridade, passou explicitamente a segundo plano, após os atentados terroristas de 11 de setembro aos EUA. Existe agora a possibilidade real de um ataque americano ao Iraque, que pode dar origem a outro choque econômico externo.

É exatamente por essas razões que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o presidente do Banco Central (BC), Armínio Fraga, buscam manter contatos diretos e dar esclarecimentos a grandes bancos, agências de "rating"

e analistas de riscos. Noticia-se que um grupo de 16 grandes bancos, em reunião ontem em Nova York, responderam favoravelmente às exposições de Malan e Fraga, que enfatizaram a solidez da economia brasileira. Os bancos disseram estar dispostos a manter o nível de seus negócios com o Brasil, incluindo o crédito ao comércio externo.

Isso deve contribuir decisivamente para reduzir o risco Brasil. Se há incertezas políticas, elas não decorrem de nenhum fator objetivo. A democracia, exercida em sua plenitude, reforça a segurança na manutenção do estado de direito. E não se deve perder de vista que, no complexo sistema político-eleitoral brasileiro, a governabilidade está estreitamente ligada à capacidade de negociação. Esta já começou antes mesmo da realização do primeiro turno das eleições de outubro, com um entendimento em alto nível entre o presidente da República e os principais candidatos.